GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA: O CONSELHO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE DISCUSSÃO E TOMADAS DE DECISÃO

Antonio Sabino da Silva[1]

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a educação brasileira, passa a ser entendida como um direito social, garantido a todos os cidadãos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Nesse sentido, ao tratar dos princípios da educação brasileira, em seu artigo 206, inciso VI, o texto constitucional defende a "gestão democrática do ensino público, na forma da lei" (Brasil, 1988, art. 206, inciso VI) como uma das formas de participação da sociedade no processo educativo.

Uma vez que a sociedade é convidada a participar do referido processo, se faz necessário pensar formas mais democráticas de participação, em que todas as pessoas se sintam, de fato, representadas no âmbito educacional e possam, assim, contribuir com a educação oferecida no país. Logo, uma das formas mais eficientes de participação popular no âmbito educacional é por meio dos conselhos escolares, instâncias deliberativas que "representam a ação da comunidade na escola, o que possibilita que representantes do sistema educacional e da comunidade participem ativamente das tomadas de decisões, buscando, sobretudo, a evolução pessoal e profissional dos alunos" (Oliveira, 2018, p. 99).

Em face do exposto, o presente trabalho surge como fruto de uma pesquisa em andamento no âmbito da pós-graduação lato sensu em Gestão Escolar, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), partindo da seguinte problemática de estudo: *os conselhos escolares têm, de fato, cumprido com o seu papel como órgão representativo e deliberativo nos processos decisórios da escola?* Na busca por respostas, cunhou-se como objetivo *analisar as formas de participação do conselho escolar no contexto da escola pública, considerando sua atuação nos processos de gestão democrática e tomada de decisões*, buscando compreender os limites, desafios e possibilidades de sua efetiva participação na construção de uma gestão escolar mais democrática, participativa e coletiva.

[1] Mestre em Educação – Universidade de Pernambuco (UPE); e-mail: antoniosabinopsi@hotmail.com

MÉTODO

O presente trabalho tem como percurso metodológico uma pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza bibliográfica, exploratória e descritiva. A referida pesquisa está sendo desenvolvida a partir de estudos sobre gestão democrática, participação popular e conselho escolar no contexto da escola pública. Estando em andamento, já foi realizado um levantamento bibliográfico, por meio de consulta a diversas fontes como livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais, os quais traçam uma reflexão acerca da atuação do conselho escolar nos processos de gestão democrática da escola.

Além da pesquisa bibliográfica, será realizada uma pesquisa de campo em uma escola pública, no município de Gravatá-PE, por meio da observação das reuniões do conselho escolar, buscando perceber o seu funcionamento, as formas de participação dos membros e os processos de tomada de decisão. Na ocasião serão realizadas entrevistas com os integrantes do conselho escolar, no intuito de identificar percepções, desafios e possibilidades relacionadas à participação coletiva no contexto escolar.

Ao término da pesquisa, será proposta uma intervenção pedagógica em formato de palestra, direcionada aos membros do conselho escolar, com o objetivo de fortalecer a compreensão acerca do papel do referido conselho, enquanto espaço de participação popular e de tomada de decisões coletivas diante do processo de gestão democrática da escola.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A gestão democrática da escola pública, pressupõe participação popular nos processos de tomada de decisões, fortalecendo o compromisso coletivo com a educação. De fato, a gestão democrática das instituições educativas implica a participação cidadã dos interessados, especialmente no que diz respeito à prestação de contas por parte de dirigentes e docentes em relação ao objetivo da educação escolar (Silva, 2015). Sendo assim, se faz necessário fortalecer os espaços de discussão e participação no âmbito da escola.

Diante do exposto, os resultados parciais da pesquisa, obtidos através das fontes bibliográficas, evidenciam que o conselho escolar se constitui num importante órgão deliberativo, em que seus membros são corresponsáveis pelos processos de tomada de decisões



no âmbito da gestão escolar democrática, conforme pontua Lück (2013), ao afirmar que a democratização da escola pressupõe relações participativas e compartilhamento das decisões entre os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Ao participar ativamente da gestão da escola, os membros do conselho escolar participam, assim, de um processo muito mais amplo, que é a transformação da sociedade em que vivemos. Vale salientar que "a educação por si não faz a mudança social, mas é reconhecidamente um dos setores estratégicos para a transformação da sociedade: não se faz uma sociedade para o novo tempo sem formar um novo ser humano" (Campos, 2014, p. 63). Dessa maneira, numa instituição em que se valoriza a participação popular em instâncias administrativas, pode-se afirmar que a mesma se constitui num espaço de formação de seres humanos cada vez mais comprometidos com a mudança que almejam.

Não se pode deixar de levar em consideração que

> o Conselho Escolar tem um importante papel na escola, já que ele oportuniza e potencializa a participação da direção, dos professores, dos alunos, dos funcionários e da comunidade escolar, fazendo com que todos esses segmentos exerçam sua palavra dentro da escola e compartilhem o poder decisório, favorecendo assim, a prática efetiva da gestão democrática (Ribeiro; Oliveira, 2018, p. 596).

Uma vez constituído o conselho escolar, se faz necessário, por parte da equipe gestora da escola, que se dê plena liberdade a este órgão para que o mesmo funcione de maneira eficiente com vistas a se construir uma educação de qualidade, em que se forme cidadãos críticos e comprometidos com a transformação da sociedade contemporânea. Nesse sentido, "para que os Conselhos cumpram efetivamente sua função deliberativa, é imprescindível a superação das práticas centralizadoras e a institucionalização de mecanismos que garantam sua autonomia e legitimidade" (Alves, 2025, p. 154).

Ao pontuar a participação popular em espaços educacionais, é pertinente falar da educação enquanto uma prática social, em que todas as pessoas são responsáveis pela sua construção e continuidade. No entanto, "a educação, enquanto prática social, é constituída por uma dada sociedade ao mesmo tempo que a influencia, é por ela influenciada em uma relação total de aproximação e dependência" (Cabral, 2018, p. 98). E nesse processo de participação, as pessoas passam a exercer seu protagonismo frente à implementação de modelos educativos mais democráticos.

Sabe-se, portanto, que



> a escola é o local mais propício para o exercício da democracia, isto é, para seu aprendizado prático, por meio das vivências cotidianas, que envolvem embates, disputas, divergências e conflitos na busca de soluções para os problemas e questões que são de todas as pessoas da comunidade escolar e do território. E a concretização do princípio constitucional da gestão democrática tem se apresentado como a melhor estratégia para essa prática e aprendizado (Nascimento, 2024, p. 29).

Diante disso, pode-se afirmar que é na escola, principalmente por meio da participação em órgãos representativos, como é o caso do conselho escolar, que os indivíduos podem se construir e reconstruir enquanto cidadãos partícipes da sociedade, ao mesmo tempo em que são, também, construtores dessa mesma sociedade, com vistas ao exercício da democracia e da garantia dos seus direitos, dentre os quais a educação se configura como um dos direitos fundamentais garantidos pela própria Constituição Federal.

Para garantir, contudo, que a democracia seja exercida no âmbito escolar,

> é fundamental promover formas consensuais de tomada de decisões, o que implica a participação dos sujeitos envolvidos, como medida de prevenção de conflitos e resistências que possam obstruir a implementação das medidas consideradas necessárias (Bruno, 2015, p. 40).

Uma vez que se busque, implementar um modelo democrático de gestão escolar, se faz necessário que se tenha em mente a real situação das instituições públicas que devem funcionar como protótipo de uma sociedade cada vez mais plural e que demanda a participação de seus membros em qualquer processo de tomada de decisão. Dessa maneira, “a democracia designa para nós a característica de uma sociedade na qual o princípio do autogoverno é estendido a todas as instituições territoriais e produtivas, a todas as atividades coletivas, sejam econômicas, culturais ou educacionais” (Laval; Vergne, 2023, p. 22).

Por fim, pode-se afirmar que a participação afetiva e atuante dos segmentos que compõem o conselho escolar, surge como instrumento de construção de uma escola cada vez mais plural e aberta às questões do tempo atual. Uma vez que desse órgão deliberativo participam representantes de diversos setores, como família, comunidade externa, professores, dentre outros, espera-se que esses membros tenham real noção dos problemas da escola e busquem, a partir da coletividade, as possíveis soluções para os desafios emergentes, garantindo assim, o pleno exercício da democracia.

CONCLUSÕES



A pesquisa evidencia, portanto, que o conselho escolar se constitui como importante mecanismo de participação popular e fortalecimento da gestão democrática na escola pública, possibilitando, assim, a inserção dos diferentes segmentos da comunidade escolar nos processos de discussão e tomada de decisões. Entretanto, observa-se que ainda existem desafios relacionados à efetiva participação coletiva, à superação de práticas centralizadoras e à necessidade de formação dos membros que compõem o conselho escolar.

Os estudos realizados até o presente momento apontam que a democratização da escola depende do fortalecimento de espaços participativos capazes de promover o diálogo, a corresponsabilidade e o compromisso coletivo com a qualidade social da educação. Nesse contexto, pode-se afirmar que o conselho escolar se apresenta como instrumento fundamental para a construção de práticas mais democráticas e inclusivas no ambiente escolar.

Espera-se que a pesquisa de campo e a intervenção pedagógica proposta contribuam para ampliar as discussões acerca do papel do conselho escolar, fortalecendo o protagonismo de seus membros e incentivando práticas de participação mais efetivas no contexto da gestão democrática da escola pública. Dessa maneira, a escola, enquanto instituição formativa dos novos cidadãos, estará cumprindo com a sua função de construção de uma sociedade mais democrática e aberta às demandas do tempo presente.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão democrática; participação popular; conselho escolar; escola pública; qualidade social da educação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luciene et al. Conselho Escolar e Gestão Democrática: limites, possibilidades e formação de lideranças na escola pública. **Missioneira**, v. 27, n. 3, p. 149-159, 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>> Acesso em 16 de maio de 2026.

CABRAL, Carla Cristina de Moura. A política educacional brasileira em tempos de globalização neoliberal: um enfoque a partir dos contextos global e local. In: NAZÁRIO, Marcia. Educação em debate: a política educacional em múltiplos contextos. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Gestão escolar e docência**. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2014. (Coleção pedagogia e educação).

LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. **Educação democrática:** a revolução escolar iminente. Tradução de Fabio Creder. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Série: Cadernos de Gestão, vol. II.

NASCIMENTO, Iracema Santos do. **Gestão da educação:** a coordenação do trabalho coletivo na escola. São Paulo: Contexto, 2024.

OLIVEIRA, Jerffeson Miguel de. Conselho escolar e práticas na gestão democrática da escola pública. **Regae-Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 7, n. 15, p. 95-107, 2018.

RIBEIRO, Márden Pádua; OLIVEIRA, Talita Renata Belintani. Por um conselho escolar efetivamente democrático: uma proposta concreta. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 588-607, 2018.

SILVA, Inácia Flaviane da. Educação e gestão escolar: implicações quanto à forma dos gestores. In: GOMES, Maria José Pereira; PINA Silvânia de Jesus (orgs.). Pedagogia de saberes: reflexões e práticas educacionais. Recife: Libertas, 2015.

